



ATA N.º 93

12-05-2021

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 11 MAIO DE 2021: € 429 904,39. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. PANDEMIA COVID. APOIO PRESTADO PELO MUNICÍPIO DE CUBA À SCM DE VILA ALVA. CUSTOS COM ZCAP COVID (ZONA DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO) INSTALADA NO CONCELHO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2021, do Chefe da UAJDCS. -----

Por ter sido solicitado para efeitos de informação aos órgãos competentes, recebi da parte do Eng. José Borracha, na qualidade de membro da Proteção Civil Municipal, o documento anexo – vide doc. n.º 1 – onde é apresentado de forma detalhada o apoio prestado pelo Município de Cuba à SCM de Vila Alva no decurso da pandemia COVID . O montante global desse apoio cifrou-se em 1.173,30€, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, difícil de apurar com exatidão, porquanto alguns produtos, excecionalmente, estarão isentos de IVA. -----

Por outro lado, e no que concerne à ZCAP (Zona de Concentração e Apoio à População) instalada em Cuba, recebemos dos serviços financeiros o doc. n.º 2. -----

Da sua leitura e interpretação, constata-se que o Município de Cuba investiu na ZCAP 44.656,05€, sendo que do documento constam outros 12.214,02€, referentes a EPI's entregues à SCM de Cuba e já foram considerados na Informação n.º 09/2021, da minha autoria, em poder dos membros do executivo. -----

Nesse contexto, deverão os Serviços diligenciar no sentido do centro de custos dos EPI's transitarem da ZCAP para o projeto adequado para que, em sede de prestação e contas os documentos apresentados possam ser compatíveis com a informação agora prestada. -----

À presenta data continua cada vez mais inserto se o Município será ressarcido no todo, ou em parte, desse montante, porquanto como já anteriormente se havia informado, o art.º 3-A da Lei n.º 4-B/2020, de 06 de abril, determinou: -----

*Artigo 3.º-A
Fundo Social Municipal*

Para os efeitos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, as despesas com equipamentos, bens e serviços de combate aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, realizadas entre 12 de março e 30 de junho de 2020, são elegíveis para financiamento através do Fundo Social Municipal.

No art.º 131.º da Lei de Orçamento de Estado de 2021, é determinado o seguinte:

Artigo 131.º

Autorização legislativa no âmbito do regime excecional aplicável às autarquias locais e entidades intermunicipais de resposta à pandemia da doença COVID-19

1 - Fica o Governo autorizado a prorrogar, até 31 de dezembro de 2021, os efeitos das normas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID -19 aplicáveis às autarquias locais.

2 - O sentido e a extensão da autorização legislativa prevista no número anterior consistem em:

a) Assegurar a prioridade das medidas excecionais, no sentido de aumentar a capacidade e a celeridade de resposta das autarquias locais à pandemia da doença COVID -19;

b) Garantir a prestação de serviços públicos próximos dos cidadãos;

c) Diminuir os riscos de agravamento da situação financeira dos municípios;

d) Promover a agilização de procedimentos de carácter administrativo;

e) Simplificar o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais para que a resposta à pandemia não comprometa o esforço de consolidação orçamental promovido por estes entes públicos.

3 - No uso da presente autorização legislativa, pode o Governo prorrogar os efeitos das normas excecionais e temporárias aplicáveis às autarquias locais e entidades intermunicipais previstas, nomeadamente, nas Leis n.ºs 1-A/2020, de 19 de março, 4 - B/2020, de 6 de abril, 6/2020, de 10 de abril, 8/2020, de 10 de abril, 9 -A/2020, de 17 de abril, 11/2020, de 7 de maio, 12/2020, de 7 de maio, 28/2020, de 28 de julho, e 35/2020, de 13 de agosto.

4 - Na concretização da presente autorização legislativa, o Governo procede à audição prévia da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias.

5 - A presente autorização legislativa tem a duração do ano económico a que respeita a presente lei.

Ora, essa prerrogativa concedida pela Assembleia da República ao Governo, salvo melhor pesquisa, até à presente data ainda não foi concretizada mediante publicação de Decreto-Lei nesse sentido.

Acresce ainda o art.º 35-U do Dec. Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março de 2020, na sua redação atual, diploma que continua em vigor não obstante já não estarmos em Estado de Emergência, e onde o legislador estipulou:

Artigo 35.º-U

Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia

Para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio a atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à

atividade económica de interesse municipal, respetivamente, a concessão de apoios, em dinheiro ou em espécie, a entidades e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença COVID-19 ou recuperação económica no contexto da mesma.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento que o Município de Cuba prestou apoio de 1.173,30€, acrescidos de IVA, à SCM de Vila Alva no decurso da pandemia COVID no âmbito do fornecimento de EPI'S até ao momento; -----

2.º- Tomar conhecimento que o Município de Cuba investiu na ZCAP (Zona de Concentração e Apoio à População) o montante de 44.656,05€; -----

3.º - Determinar aos Serviços Financeiros que diligenciem no sentido do centro de custos dos EPI's transitarem da ZCAP para o projeto adequado a que foram afetos para que, em sede da apresentação do documento de prestação de contas, os elementos então apresentados possam ser compatíveis com a informação agora prestada; -----

4.º - Registrar que à data da elaboração da informação que está subjacente à deliberação – 04.05.2021 – persiste cada vez com mais ênfase a dúvida sobre se a autarquia será ressarcida do todo ou de parte destas despesas, conforme estava previsto no art.º 3-A da Lei n.º 4-B/2020, de 06 de abril. -----

2. SUSANA CRISTINA MARTINS OLEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE SEPULTURA PERPÉTUA, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CUBA, EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 21/2021, da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

"Solicita a Sr.ª Susana Cristina Martins Oleiro, que seja facultada a possibilidade de poder fazer o pagamento da concessão de um terreno no Cemitério Municipal de Cuba, no valor de € 905,79, em 3 prestações mensais, uma vez que de momento não tem condições para liquidar a totalidade. -----De acordo com o disposto no n.º 10 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou

superior a € 200,00, o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras.” -

-----A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento nos termos propostos pela requerente. -----

3. MARIA AURÉLIA COSTA CARDEIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, N.º 10, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Maria Aurélia Costa Cardeira, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 55,90, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 2 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -- A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 18/2021, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. CLÍNICA O MEU DOUTOR - REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA VIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL - REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. -----

Solicita a Clínica "O Meu Doutor", a cedência de espaço na via pública para instalação de uma unidade móvel de rastreio auditivo, com cerca de 20m², num dos dias de 25 a 28 de maio de 2021, das 10,30h às 17.00 horas, bem como um ponto de luz. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 19/2021, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Autorizar a ocupação de via pública no dia 25 de Maio, no Largo Conde da Esperança, (Largo da Bica) em Cuba. -----

b) Registrar que o valor das taxas devidas com a ocupação da via pública, de acordo com o Regulamento Municipal de Taxas e Preços em vigor no município de Cuba, é de € 140,64. -----

5.

ELISABETE MARIA PÃO MOLE CORREIA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. ----- Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 43/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Elisabete Maria Pão Mole Correia.

A

Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

6. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO E O MUNICÍPIO DE CUBA. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. APRECIACÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2021, do Chefe da UAJDCS. ----- Foi-nos presente para análise – vide doc. n.º 1 - a minuta do protocolo a celebrar entre a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – e o Município de Cuba em que o objeto é a cooperação para a igualdade e a não discriminação ao nível do concelho de Cuba. -----

Quid Juris? -----

No âmbito daquelas que são as competências do Município, em sintonia com o art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, cabe-lhe assegurar a promoção da educação e do desenvolvimento entre outras temáticas. -----

A promoção da igualdade de género e a não discriminação têm portanto assento entre aqueles que devem ser os desideratos da autarquia. -----

Analisado o teor da minuta do protocolo proposto não se vislumbram quaisquer reservas sobre a vertente legal das normas que constam do clausulado proposto. -----

Objetivamente a outorga do mesmo determinará para o Município a designação de dois conselheiros, um interno e outro externo, a criação de uma Equipa para a Igualdade na vida Local (EIVL) e a elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND). -----

Importa pois saber se poderemos contar com a colaboração da CIG na elaboração do PMIND e que meios humanos serão necessários para a sua implementação, bem assim como a disponibilidade para a constituição da Equipa para a Igualdade na vida Local (EIVL), matéria que caberá à Câmara tomar posição. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1.º - Aprovar a minuta do protocolo, em anexo, ao abrigo das suas competências próprias previstas na alínea s) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina o poder para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal em parceria com entidades da administração central; -----
- 2.º- Dar conhecimento à Secretária de Estado para a Cidadania e para a Igualdade da deliberação que vier a ser tomada no ponto anterior. -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO

A eliminação dos estereótipos, o combate a discriminação, incluindo numa perspetiva interseccional, e a prevenção e o combate a violência contra as mulheres e a violência doméstica constituem objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61 /2018, de 21 de maio, iniciando um novo ciclo de políticas públicas, alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e

concretizada em três Planos de Ação: -----

a) Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2018-2021; -----

b) Plano de Ação para a Prevenção e o Combate a Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica 2018-2021; -----

c) Plano de Ação para o Combate a Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais 2018-2021. -----

Nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e o organismo que garante a execução e o desenvolvimento da política global e setorial no âmbito da promoção da igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate a violência contra as mulheres e a violência doméstica, e o combate a discriminação em razão do sexo, da orientação sexual, da identidade e expressão de género, e das características sexuais, incluindo numa perspetiva interseccional, cooperando e prestando assistência técnica a entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em projetos e ações coincidentes com a sua missão. -----

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as autarquias locais promovem os interesses próprios das respetivas populações e asseguram a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, assumindo um papel impulsionador enquanto agentes de desenvolvimento e entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que permitam a territorialização, identificação e apropriação local dos objetivos da ENIND. -----

Assim, entre: -----

A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO, com sede na Avenida da República, n.º 32, 1.º Andar, 1050-193, em Lisboa, pessoa coletiva de direito público n.º 600082598, representada neste ato pela sua Presidente, Sandra Ribeiro, adiante designada por CIG, -----

E, -----

O MUNICÍPIO DE CUBA, pessoa coletiva de direito público com o n.º _____ com sede na _____, (código postal), em _____,

neste ato representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, , doravante

designada por Município, -----

E celebrado o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Finalidade e objetivos

1. O presente protocolo visa a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município.
2. No âmbito das respetivas atribuições e competências, as partes comprometem-se a desenvolver medidas e ações que promovam os seguintes objetivos:
 - a) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, rapazes e raparigas, não discriminação e não-violência, junto das populações;
 - b) Prevenir, combater e eliminar a discriminação em razão do sexo, bem como a discriminação que resulta da interseção de vários fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a idade, a deficiência, a nacionalidade, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, entre outros;
 - c) Prevenir e combater todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo a violência no namoro e as práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados;
 - d) Fomentar a maior participação dos homens na esfera privada, ao nível do trabalho de cuidado e doméstico, visando uma divisão mais equilibrada com as mulheres, envolvendo-os como agentes ativos e beneficiários diretos da igualdade entre mulheres e homens;
 - e) Prevenir e corrigir as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, designadamente ao nível da segregação sexual das profissões, remunerações, tomada de decisão, parentalidade e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
 - f) Promover uma maior participação política e cívica das mulheres e raparigas;
 - g) Garantir um processo de territorialização, identificação e apropriação local dos objetivos e princípios preconizados no presente protocolo bem como na ENIND e respetivos Planos de Ação sob coordenação da CIG, e, por essa via, contribuir para a sua efetiva execução e para mudança social no Município e no País.

CLÁUSULA SEGUNDA

Obrigações comuns das partes

As partes comprometem-se a executar as medidas e ações definidas no presente protocolo, garantindo as condições ao nível organizacional, em termos de procedimentos e de recursos que sejam necessários ao planeamento, implementação, monitorização e avaliação das mesmas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Obrigações da CIG

Compete a CIG, no âmbito do presente protocolo, designadamente:

- a) Prestar apoio técnico na execução do presente protocolo e designar os pontos focais para articulação com o Município, designadamente ao nível da Câmara Municipal e da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL);
- b) Formar os recursos humanos a designar pelo Município;
- c) Fornecer material informativo e formativo de apoio ao cumprimento deste protocolo (legislação, publicações, vídeos, exposições, entre outros);
- d) Apoiar o Município nas ações de divulgação de boas praticas;
- e) Divulgar e prestar informação sobre recursos e financiamentos disponíveis para execução do presente protocolo;
- f) Estimular a participação ativa do Município e apreciar as respetivas sugestões de contributos para as políticas publicas;
- g) Acompanhar a execução do presente protocolo e emitir parecer com recomendações sobre a informação da check-list de indicadores prestada pelo Município nos termos do previsto na alínea g) da clausula quarta, no prazo de 60 dias a contar da sua submissão.

CLÁUSULA QUARTA

Obrigações do Município

Compete ao Município, no âmbito do presente protocolo, designadamente:

- a) Nomear dois/duas Conselheiros/as Locais para a Igualdade, que devem atuar de forma articulada para os efeitos do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade:
 - i. Conselheiro/a interno/a, com contrato de trabalho em funções publicas e ocupando cargo de direção na Câmara Municipal, que assume a função de ponto focal do Município para articulação regular e permanente com a CIG e ou entidade que esta venha a indicar, no âmbito do presente protocolo;
 - ii. Conselheiro/a externo/a com competência especializada nas áreas do protocolo.
- b) Criar uma EIVL - Equipa para a Igualdade na Vida Local;

c) Conceber, adotar e implementar um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND), alinhado com a ENIND e os respetivos Planos de Ação;

d) Garantir serviços de atendimento, informação e encaminhamento para pessoas vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica, designadamente através do trabalho em rede e parcerias, e enquadrados na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, coordenada pela CIG;

e) Analisar as medidas de política local em função do seu impacto de género, designadamente a nível orçamental;

f) Usar na comunicação das ações e medidas ao abrigo do presente protocolo, os logótipos da tutela da cidadania e da igualdade, da CIG e da ENIND, nos termos do Guia de Informação e Comunicação da Área da Cidadania e Igualdade;

g) Submeter a informação da check-list de indicadores a disponibilizar pela CIG, no início da vigência do presente protocolo e anualmente até 15 dias após o termo de cada ano de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA

Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL)

1. A EIVL é composta por 5 a 10 pessoas, nomeadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

2. Integram a EIVL, designadamente:

a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador/a com a área da igualdade;

b) Conselheiros/as Locais para a Igualdade;

c) Dirigentes da Câmara Municipal designadamente das áreas dos recursos humanos, orçamento, urbanismo, intervenção social, saúde e educação; d) Até três elementos com reconhecida competência técnica e ou especialização nas áreas de intervenção do presente protocolo, cuja escolha é articulada previamente com a CIG, de entre:

i. Um/a investigador/a ou especialista;

ii. Um/a representante de ONG com intervenção nos domínios da ENIND, sediada ou a desenvolver atividade no Município;

iii. Um/a representante de ONG com assento no Conselho Consultivo da CIG ou especialista da bolsa de especialistas da CIG.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem, ainda, integrar a EIVL, representantes da Assembleia Municipal, até ao máximo de quatro pessoas, a indicar por aquela ao/a Presidente da Câmara Municipal, sendo que pelo menos uma deverá ser o/a Presidente da Junta de Freguesia.

4. São competências da EIVL propor, conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas e as ações desenvolvidas no âmbito do presente protocolo, designadamente do PMIND.

5. A Câmara Municipal define e aprova os termos de funcionamento da EIVL dotando-a dos recursos e meios necessários ao exercício das suas funções, levando ao conhecimento da respetiva Assembleia Municipal.

6. O/A Presidente da Câmara Municipal ou o/a Vereador/a com a área da igualdade promove o assento da EIVL no Conselho Local de Ação Social (CLAS) e outros fóruns locais existentes, nos termos legais e regulamentares a aplicar.

CLÁUSULA SEXTA

Plano Municipal para a igualdade e a Não Discriminação (PMIND)

1. O PMIND é aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais.

2. O PMIND integra medidas de mainstreaming e ações específicas, respetivos indicadores e metas, nas dimensões interna e externa, para um período de quatro anos.

3. O PMIND inclui as vertentes de diagnóstico, monitorização e avaliação.

4. A dimensão interna do PMIND inclui medidas que respeitam a intervenção ao nível da estrutura interna do Município (governança, gestão de pessoas, comunicação, formação e carreiras, avaliação, entre outras), e que tenham em vista designadamente:

a) Promover ações anuais de formação na área da igualdade e não discriminação, para dirigentes, e garantir que pelo menos 40% dos/as dirigentes as frequenta durante a vigência do presente protocolo;

b) Promover ações de formação dirigidas aos recursos humanos, incluindo de empresas municipais, na área da igualdade e não discriminação;

c) Incluir pelo menos no SIADAP 2 objetivos para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, não discriminação e conciliação;

d) Garantir as condições para uma representação equilibrada de mulheres e homens nos vários níveis de tomada de decisão, nos termos da ENIND e da legislação em vigor;

e) Criar medidas tendentes a promoção da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, designadamente nos apoios a vida familiar dos/as trabalhadores/as, especialmente nos cuidados as pessoas dependentes, nas deslocações casa/local de trabalho, nos horários dos serviços autárquicos e em todas as atividades relacionadas com a vida escolar e ocupação de tempos livres das crianças e jovens, entre outras;

f) Introduzir medidas que reforcem a veiculação de uma representação equilibrada de mulheres e de homens nos textos e nas imagens utilizadas ao nível da comunicação, qualquer que seja o suporte utilizado.

5. A dimensão externa do PMIND inclui medidas que respeitam a intervenção ao nível do território, nos diversos domínios de atuação do Município (políticas sociais, prevenção e combate as varias formas de violência, educação e juventude, urbanismo, mobilidade e segurança, cidadania e participação, mercado de trabalho, entre outras), e que tenham em vista designadamente:

a) Associar-se a iniciativas de âmbito nacional que promovam os objetivos da ENIND, designadamente a “Rede de Municípios Solidários”;

b) Promover projetos e ações de formação, informação e sensibilização das populações para a igualdade e a não discriminação;

c) Promover a integração dos objetivos da ENIND e do presente protocolo na governação, gestão e intervenção, nos apoios e financiamentos, e no trabalho em rede das entidades tocais, designadamente, nos vários fóruns e estruturas municipais existentes, como a Rede Social, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Juventude, redes empresariais, entre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA

Alterações

Qualquer alteração ao presente protocolo devera revestir a forma de documento escrito assinado por ambas as partes, podendo adquirir a forma de adenda.

CLÁUSULA OITAVA

Interpretação

As partes comprometem-se a resolver entre si, de forma consensual, qualquer duvida ou lacuna, segundo o principio geral mais favorável a prossecução dos objetivos expressos na clausula primeira.

CLÁUSULA NONA

Resolução

1. Qualquer das partes pode resolver o presente protocolo perante o incumprimento de qualquer uma das suas clausulas pela outra parte, devendo essa resolução ser comunicada por escrito, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de trinta dias seguidos.

2. A CIG pode resolver o protocolo em caso de parecer negativo nos termos da alínea g) da clausula terceira, mediante comunicação por escrito, nos termos do numero anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA

Vigência

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e tem a duração de três anos, podendo ser renovado por iguais períodos, mediante confirmação expressa

das partes, manifestada por escrito com uma antecedência mínima de sessenta dias relativamente ao fim do prazo inicial ou renovado.

2. A CIG pode não renovar o protocolo designadamente em caso de parecer negativo nos termos da alínea g) da clausula terceira, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Outorga

O presente protocolo é feito em duplicado, valendo os dois como originais, os quais ao ser assinados pelas partes, sendo um exemplar entregue a cada uma, entrando imediatamente em vigor.

_____ aos _____ dias do mês de _____ de _____

7. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DURANTE O ANO DE 2020. -----

Em cumprimentos do disposto no n.º 1 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e da alínea u) do n.º 1 do art.º 35.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, procedeu-se à elaboração do relatório anual de execução do Estatuto do Direito de Oposição referente ao ano de 2020, documento que se anexa à presente informação e se dá por integralmente reproduzido. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente Relatório para pronúncia do órgão executivo, na sua próxima reunião ordinária. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório Anual de Execução do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2020. -----

8. CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO BAR DO PARQUE MANUEL DE CASTRO (BAR DA MATA) – VANDA MATA PINTOS. -----

Foi presente o requerimento apresentado pela Sr.ª D. Vanda Mata Pintos, que se transcreve: -----

“Na sequência do meu contrato com a câmara de Cuba referente ao bar da mata, e derivado à pandemia no qual me vi obrigada a entregar o bar ficando com dívida do

mesmo, gostava agora e visto já se poder abrir sem tantas restrições e uma vez que fiquei com tempo de contrato por cumprir se poderia terminar o meu contrato, tendo em vista poder liquidar a minha dívida para com o município, vendo que seria a melhor e mais rápida forma de resolver a minha situação". -----

Sobre este pedido pronunciou-se o Chefe da UAJDSCS, Dr. Vitor Fialho, nos seguintes termos: -----

"Em função do contexto pandémico, deverá elaborar-se informação para que a Câmara equacione alterar a sua deliberação de 11 de novembro de 2020, e determinar que a revogação do contrato é substituída por suspensão do mesmo até 14 de maio de 2021, retomando a 15 de maio, com renovação por um ano. Desta forma, se esse for o entendimento do órgão Executivo poderemos ver o Bar reaberto de imediato e estaremos a dar condições à arrendatária para liquidar os valores de rendas ainda por liquidar. Faça-se o enquadramento dos factos no direito. A Câmara melhor decidirá".

Quid júris? -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, "Compete à câmara municipal (...) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal". -----

Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 11/11/2020, mediante pedido da requerente/arrendatária Vanda Pintos, foi deliberada a aceitação da revogação do respetivo contrato de arrendamento comercial com efeitos a 31/10/2020. -----

Pretende, agora, a ex-arrendatária que lhe seja autorizada a retoma do arrendamento, a partir do dia 15/05, porquanto a abertura do estabelecimento já se encontra permitida no âmbito das medidas de desconfinamento decretadas pelo Governo no âmbito da situação de calamidade que o País atravessa, assim como será uma forma de a requerente obter dividendos que lhe permitam saldar a dívida que tem para com o município. De igual modo, poderá a deliberação de 11/11/2020, ser alterada no sentido de, ao invés de se deliberar a revogação do contrato, deliberar-se pela sua suspensão, durante o período compreendido entre 31/10/2020 a 14/05/2021. -----

Cabe à Câmara Municipal, no uso dos seus poderes discricionários, deliberar o que considere ser o melhor interesse para o Município. -----

Pelo exposto, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo sobre ele delibere. -----

Os Vereadores do PS dizem que vão votar contra por considerarem que esta não é a solução para resolver este contrato e até porque o incumprimento já vem de antes da Pandemia.

A Sr.^a Vereadora Noémia entende que neste momento em que estas situações devem ser analisadas com alguma sensibilidade e neste período delicado deve ser dada oportunidade igual para todos, em termos de apoios ao comércio local e propõe ser dada uma segunda oportunidade à requerente.

O Sr. Presidente da Câmara pediu escusa atendendo ao grau de afinidade com a requerente .

O Sr. Vice-presidente entende que o contrato não deve ser automaticamente revogado por falta do pagamento da primeira prestação .

Atentas as posições acima exposta a Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, usando do voto de qualidade do Sr. Vice-Presidente atendendo a que o Presidente não participará nesta votação delibera o seguinte:

1. Alterar a sua deliberação de 11 de novembro de 2020, em que aceitou o pedido de revogação da requerente, transformando-a em suspensão do contrato a vigorar até 14 de maio podendo o espaço reabrir a 15 de maio.
2. A posição agora tomada implica a renovação do contrato pelo prazo de 1 ano
3. Reforça-se o dever da arrendatária para além do pagamento da renda mensal liquidar uma parcela da dívida em curso.
4. Deverá a Subunidade Administrativa, em caso de incumprimento do previsto no ponto 3 informar a Câmara para que esta pondere sobre uma eventual resolução

imediata do contrato com fundamento no incumprimento reiterado do pagamento das rendas.

9. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL. APRECIÇÃO, ANÁLISE E TOMADA DE POSIÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O PROJETO DE MAPA COM OS ELEMENTOS FINANCEIROS E OS RECURSOS HUMANOS PARA EXERCÍCIO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS. ENVIO DA POSIÇÃO ASSUMIDA POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação 32/2021, do Chefe da UAJDCS, enquadrando o assunto em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

Foi-nos presente para análise – vide doc. n.º 1 – remetido por parte do Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social, o projeto de mapa que constando do documento em cima enunciado também aqui se transcreve:

Projeto de mapa:

CONCELHOS	Acordos e Protocolos				Subsídios eventuais	RH Interno ao ISS, IP		TOTAL MONTANTES (Acordos, Protocolos e RH W- Fretados, Eventuais)	N.º de Processos Familiares (DS)	N.º de Processos Familiares (Abandono e Acomodamento Social)
	N.º Total de Acordos e Protocolos	Montante Anual Acordos AAS	Montante Anual Protocolos RS	Montante Total Acordos e Protocolos (Anual)	ESubsídios eventuais	E RH Interno (Anual)	N.º de RH N.º de ajudação			
Cuba	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 275,79 €	22 441,16 €	1,00	24 716,95 €	51	184

Quid Juris? -----

Com a publicação e entrada em vigor do Dec. Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, foi determinado pelo legislador transferir para as autarquias um conjunto de matérias relacionadas com a Ação Social. -----

A última vez que esta matéria foi debatida foi aquando da apreciação da posição a tomar tendo o assunto sido explanado através da minha Informação n.º 17/2020, para a qual remeto. -----

Nesse contexto, o Município de Cuba já se pronunciou sobre a aplicabilidade, ou não, para o ano civil e económico de 2021, da transferência de competências enunciada no art.º 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, (domínio da ação social) através de

deliberação tornada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 20 de novembro de 2020, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de 28 de outubro de 2020. -----

A Assembleia Municipal optou por não aceitar a transferência dessa competência, protelando para março de 2022 a aceitação da mesma, pois corresponde à data que o Governo colocou como período limite para o seu exercício. Essa posição foi posteriormente comunicada à DGAL pelos nossos serviços. Vide doc. n.º 2. -----

Recordo que na Informação a que em cima foi feita referência foi escrito o seguinte: ----

“Para essa decisão que, refira-se, em última instância cabe ao órgão deliberativo Assembleia Municipal, importa nesta altura levar em linha de conta o seguinte: -----

a) – A 23 de outubro, salvo melhor pesquisa, a informação que possuímos vai no sentido de ainda não nos ter sido facultada a documentação mencionada no art.º 16.º n.º 1: -----

Artigo 16.º

Recursos financeiros para os anos de 2020 a 2022

1 - No prazo de 30 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, e no que reporta às competências previstas nos artigos 10.º e 11.º, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social remetem a cada uma das câmaras municipais projeto de mapa contendo os elementos financeiros, os recursos humanos em causa e respetivos ratios, os acordos e protocolos vigentes, bem como o número de processos familiares em acompanhamento e outros dados considerados relevantes. -----

Registo que os elementos em cima mencionados deveriam ter sido entregues até 13 de setembro de 2020. -----

b) – Por outro lado, no n.º 3 do mesmo artigo foi regulado o seguinte:

3 — Para efeitos da deliberação a que se refere o n.º 2 do artigo 24.º, no prazo de 90 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, é publicado, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social, o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que são transferidos para os municípios no ano de 2021, no âmbito das competências referidas nos artigos 10.º e 11.º. -----
Assim sendo, registamos que nem o despacho previsto no n.º 3 em cima transcrito, nem as portarias a que faz referência o art.º 10.º n.º 2 sobre o Serviço de Atendimento e de

Acompanhamento Social, e o art.º 11.º n.º 2 sobre os Acordos de Inserção dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, foram ainda publicados em DRE. -----

Em sintonia com a Lei em análise, o despacho referido art.º 16.º no n.º 3, se publicado até 13 de novembro, está dentro prazo previsto no diploma.” -----

Importa agora registar que o mapa a que faz referência o art.º 16.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 50/2020, de 17 de março, foi-nos entregue no passado dia 29 de março de 2021, é aquele que consta no início da presente informação, e também do doc. n.º 1. -----

Entretanto, no passado dia 17 de março de 2021, foram publicadas as Portarias a que alude o n.º 3 do mesmo art.º 16.º. Vide doc. n.º 3 -----

Essas Portarias são pois as seguintes: -----

a) - Portaria n.º 63/2021, que regula a operacionalização de competências em matéria de serviço e atendimento e de acompanhamento social – SAAS - do qual entendemos destacar o art.º 6.º n.ºs 1 e 2, que determinam: -----

*Artigo 6.º
Regime transitório*

1 — Até à concretização da transferência de competências em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social é aplicável aos protocolos celebrados e em vigor para desenvolvimento do SAAS o disposto na Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

2 — Por forma a garantir a adequada gestão do procedimento de transferência de competências em matéria de desenvolvimento do SAAS para as câmaras municipais, são constituídas comissões, pelo tempo estritamente necessário à concretização do procedimento de transferência nos termos dos n. 2 e 3 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que integram elementos da câmara municipal e do ISS, I. P., designadas comissões de acompanhamento. -----

b) - Portaria n.º 64/2021, que regula o exercício de competências de coordenação e administração financeira do programa de contratos de desenvolvimento social pelas autarquias locais - CLDS - do qual entendemos destacar o art.º 4.º, que determina:

*Artigo 4.º
Norma Transitória e Revogação*

1 — Aos CLDS -4G aprovados na presente data ou que venham a ser aprovados ao abrigo da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, é aplicável a mesma até à conclusão dos respetivos processos. -----

2 — A Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, fica revogada com a conclusão dos processos CLDS 4G. -----

c) - Portaria n.º 65/2021, que regula o exercício de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as Câmaras Municipais, do qual entendemos destacar o n.º 1 do art.º 4.º, que determina: -----

Artigo 4.º
Transição de competências

1 — Por forma a garantir a adequada gestão do procedimento de transferência de competências para as câmaras municipais em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, são constituídas comissões que integram trabalhadores da câmara municipal e do Instituto da Segurança Social, I. P., designadas comissões de acompanhamento. -----

d) - Portaria n.º 66/2021, que regula a elaboração as cartas sociais municipais e supramunicipais, do qual entendemos destacar os artigos 6.º e 7.º, que determinam

Artigo 6.º
Competências

1 — A elaboração, atualização e divulgação da carta social municipal é da competência da câmara municipal.

2 — A câmara municipal remete a proposta de carta social municipal para parecer do CLAS, no âmbito do qual se pronunciam os serviços competentes da segurança social, dispondo o CLAS de um prazo de 45 dias para o proferir.

3 — A câmara municipal submete a proposta final, acompanhada do parecer referido no número anterior, à apreciação e votação pela assembleia municipal.

4 — Após a aprovação a que se refere o n.º 3, deve a carta social municipal ser remetida, para conhecimento, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais.

5 — Compete ainda às câmaras municipais a publicitação das cartas sociais municipais no respetivo sítio da Internet.

Artigo 7.º
Elaboração

1 — No processo de elaboração da carta social municipal, a câmara municipal deve ter em consideração a Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais e respetiva legislação em vigor aplicável aos serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir os princípios, objetivos e parâmetros técnicos previstos no presente diploma quanto ao ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais.

2 — Para efeitos do disposto no presente artigo, os competentes serviços da segurança social disponibilizam às câmaras municipais a informação e colaboração necessárias,

designadamente informação com carácter anual relativa às taxas de cobertura concelhia e continental, por serviço e equipamento social.

3 — No âmbito do processo de elaboração das cartas sociais municipais podem ser abertos programas de financiamento nos termos do previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. -----

A Sr.ª Vereadora Noémia Ramos disse: "sobre o projeto de mapa que contém os elementos de análise, que os mesmos são francamente insuficientes em matéria de RH e financeiros, pois considerando os 184 processos familiares e os 51 de RSI não compreendemos que tipo de intervenção e acompanhamento social se poderá fazer apenas com 1 RH. Bem sabemos que o fundamento apresentado para a transferência de competências é a proximidade das populações, com vista a uma maior eficácia da intervenção, pelo que não corroboramos a transferência de uma ação social municipal que não seja de promoção e empoderamento das pessoas e famílias. Quanto aos recursos financeiros são também eles bastante insuficientes, uma vez que fazendo um exercício simples de distribuição pelos agregados familiares com processo social daria a indigna quantia de 12,00 € anuais, pelo que de forma alguma aceitamos tal função de distribuição de "esmolas". No que concerne ao valor para fazer face aos custos com o RH, também, é bastante insuficiente quer para custos diretos (remuneração, sub. de refeição, descontos para GGA/CGP, seguros de ac. trab., promoção e formação), bem como para custos indiretos com o SRH e Serviços Financeiros. Em suma o executivo discorda e contesta o projeto proposto."

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Registrar que por deliberação da Assembleia Municipal datada de 20 de novembro de 2020, oportunamente comunicada à DGAL a transferência de competências na área social para o Município de Cuba só ocorrerá em março de 2022; -----

2.º - Manifestar a sua discordância sobre o projeto de mapa apresentado pela Secretaria de Estado da Ação Social, atendendo a que o município de Cuba considera que os valores, quer humanos quer financeiros, são manifestamente insuficientes; pedir esclarecimentos relativamente à forma como chegaram a estes valores; Se este

pode ser considerado o mapa final que irá entrar em vigor em março de 2022. Desta posição notificar aquela entidade governativa através do correio eletrónico indicado para o efeito; -----

3.º - Determinar aos Serviços que diligenciem junto do ISS, I.P. para aferir se existe data expectável para a criação das comissões que acompanharão quer a transição das matérias inerentes ao Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social – SAAS, quer a transição das matérias inerentes aos contratos de inserção dos beneficiários do RSI; -----

4.º- Determinar aos Serviços que averiguem junto do ISS, I.P. se já é conhecido a conceção de algum programa de financiamento para elaboração das cartas sociais municipais, conforme consignado no artigo 17.º do Decreto -Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. -----

10. ELETRIFICAÇÃO DO TURISMO RURAL PEDREMOURA, PROPRIEDADE DE PAISAGENS E MIRAGENS TURISMO RURAL UNIPESSOAL, LDA – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DOS CUSTOS ATENTO À POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA A OUTROS MUNÍCIPIES. -----

Na sequência do pedido formulado junto da Câmara relativo à possibilidade de comparticipação na eletrificação da infraestrutura, Turismo Rural (Pedremoura) na Freguesia de Vila Ruiva, propriedade da Empresa Paisagens e Miragens, Turismo Rural Unipessoal LDA foi remetido junto deste serviço, as despesas no valor de **8.877,10€** inerentes aos trabalhos para a infraestruturação pretendida para o efeito conforme anexos. -----

Após análise do pedido formulado e, consultado os Serviços Jurídicos do Município que foi da opinião de condicionar o deferimento da pretensão à declaração de interesse municipal da intervenção e, atendendo ao princípio da proporcionalidade, propõe-se o Município comparticipar os trabalhos no valor de 20%. -----

Atendendo ao facto de que o local agora infraestruturado na componente elétrica poderá servir à posteriori mais municípios em virtude da existência de prédios rústicos que confinam ou se situam na proximidade, os mesmos poderão usufruir do

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Naç", "J. Pinto", and others.

equipamento entretanto instalado bastando para isso, solicitar a ligação até ao seu prédio. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----a)

Declarar o interesse municipal na infraestrutura agora instalada porquanto poderá vir a servir outros munícipes que assim a solicitarem; -----b)

Em função da deliberação anterior, determinar o apoio nos custos, mediante uma comparticipação de 20% do valor final pago, considerando que em projetos futuros será determinado comparticipação igual em termos percentuais até 2 000 euros para investimentos até 10 000 euros. -----c)

Determinar que a presente deliberação seja aplicável a futuras situações que sejam consideradas análogas à agora apresentada. -----

11. RECENSEAMENTO ELEITORAL – 2020. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22/2021, da Subunidade Administrativa, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, foi transferida para a Câmara Municipal a verba no valor de € 152,01 (Cento e cinquenta e dois euros e um cêntimos). -----

Nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Dec-Lei n.º 162/79, de 30 de maio, através dos coeficientes de ponderação, resulta a seguinte distribuição por freguesia: -----

(Verba por concelho x n.º de sv na freguesia) : n.º de sv no concelho + (verba por eleitor x n.º de eleitores) + verba por freguesia -----

Cuba: $(37,50 \times 3) : 7 + (0,005 \times 2529) + 24,00 = € 52,72$ -----

Faro do Alentejo: $(37,50 \times 1) : 7 + (0,005 \times 453) + 24,00 = € 31,63$ -----

Vila Alva: $(37,50 \times 1) : 7 + (0,005 \times 324) + 24,00 = € 30,98$ -----

Vila Ruiva: $(37,50 \times 2) : 7 + (0,005 \times 393) + 24,00 = € 36,68$ -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a transferência das verbas para as juntas de freguesia. -----

12. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - APOIO PARA REFEIÇÃO ESCOLAR - 1.º CICLO. ANO LETIVO 2020/2021. CANDIDATURA EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 9/2021, do Serviço de Ação Educativa, cujo teor se transcreve: -----

Foi apresentado 1 pedido, extemporâneo, para o apoio em epígrafe, para uma aluna do 1.º Ciclo do EB. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (reavaliação dos rendimentos do agregado familiar da aluna com repercussão no escalão de rendimentos para efeitos de atribuição do abono de família a crianças e jovens). -----

Na sequência da reavaliação dos rendimentos do agregado familiar, a aluna pertence agora a um agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara, conforme quadro em anexo. -----

O apoio para a refeição escolar dos alunos no 2.º escalão do AF, é atribuído de acordo com a deliberação de câmara de 10/02/2021 – Medidas extraordinárias aplicadas no âmbito da Pandemia COVID-19. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 92,40€, até ao final do ano letivo 2020/2021. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – 1.º Ciclo, no que respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2020/2021, deliberou aprovar a candidatura apesar de extemporânea. -----

13. ALBERTO FRANCISCO BAIÃO RUAZ. DIREITO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO ART.º 110.º DO RJUE – CONSTRUÇÃO DE DESTILARIA TRADICIONAL. PRÉDIO N.º 4 SECÇÃO D FARO DO ALENTEJO. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão, tendo em vista a construção de uma destilaria tradicional numa área aproximada de 60m², a localizar no prédio acima identificado. -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Áreas de Vocação agrícola dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) na totalidade da área do prédio; -----

Nos termos do disposto no regulamento do PDM, designadamente, no n.º 3 do art.º 74.º, que estabelece que *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos:* -----

i) o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----

ii) A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----

Não obstante o atrás referido, dentro dos limites da Reserva Ecológica (REN), e tendo como base o respetivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, e Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que



deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

No entanto, e uma vez que se verificaram incompatibilidades com o PDM de Cuba, no que respeita ao uso agroindustrial em solo rústico, e não obstante o processo de revisão estar em curso, deu-se início à adaptação, do Plano consubstanciada numa alteração normal ao abrigo do artigo 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). -----

Assim, na sequência da deliberação de câmara de 17/04/2019, foi promovida a alteração do PDM para os efeitos atrás descritos, estando a autarquia a aguardar a conclusão do respetivo procedimento de adequação do IGT em vigor á pretensão em apreço. -----

Nos termos do exposto, e salvo melhor opinião, deverá ser emitida certidão comprovativa do enquadramento da pretensão, devendo o requerente aguardar que estejam criadas as condições normativas decorrentes da alteração ao PDM em curso, para futura viabilização da operação urbanística pretendida. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir certidão de acordo com o teor da informação do Serviço de Urbanismo. -----

-----14.

INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA Foi presente à Câmara a Informação reg.º 5483, dos Serviços Financeiros, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Fundamentação: -----

Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 546.507,88 à data de 31/03/2021; -----

Os pagamentos efetuados à data de 31/03/2021 possuem o valor de € 1.355.150,99 para Despesas Correntes e € 838.905,93 para Despesas de Capital. A despesa

apresenta um grau de execução de 14,95 % no que diz respeito a despesa corrente e 12,70 % a despesa de capital; -----

As receitas cobradas pelo Município à data de 31/03/2021 ascendem a €1.452.975,01, no que diz respeito à receita corrente, €1.145.990,71 receita de capital apresenta um grau de execução de 25,88% relativamente à receita corrente e 24,61% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €257.437,97; -----

O saldo de execução orçamental à data de 31/03/2021 é de €545.054,00; -----

A cabimentação atingiu à data 89,73 % no que diz respeito a despesa corrente e 90,98%, no que diz respeito à despesa de capital; -----

Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €2.776.660,88 e em despesa capital €4.347.233,34 e representam relativamente ao orçamento corrigido 53,40 % e 86,70% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos assumidos e não pagos ascendem à data a €4.929.837,30, sendo: -----

€ 1.421.509,89 - Despesa corrente -----

€ 3.508.327,41- Despesa capital -----

A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar) à data de 31/03/2021 ascende a €550.460,91 sendo: -----

Despesa corrente : €344.476,96 -----

Despesa capital : €205.983,95 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. ---

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2021: -----

Limite da dívida total 2017(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Receita corrente líquida 2020	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.014.337,73	4.862.992,23	4.952.934,77	14.830.264,73	4.943.421,58

Limite da dívida total: €7.415.132,37

Situação do Município em 01-01-2021 (provisória):

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.916.819,77	65.629,30	2.982.449,07	5.779,41	2.976.669,66

Situação do Município em 31-03-2021:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
3.004.366,66	85.580,79	3.089.947,45	5.880,50	3.084.066,95

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €26.307,42 -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €59.273,37; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€ 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. Ressalva-se, que a dívida apurada poderá ainda sofrer alterações (apuramento do saldo final de Dezembro de 2020). -----

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 1º trimestre de 2021 fornecida pela entidade participada(AMCAL), para as restantes entidades, não existiu atualização à data, uma vez que as mesmas não forneceram os

elementos. -----

Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: €261.578,18, tendo sido absorvidos até final do mês €261.278,85. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €17.936,41. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos. Acresce também justificar que a adoção de medidas extraordinárias, no âmbito da pandemia- Covid-19, tomadas pelo órgão executivo relevam para o aumento da dívida; -----

O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----

Não existem pagamentos em atraso; -----

No que diz respeito à dívida total, verifica se um aumento de 3,61%; -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

15. PROPOSTA DE ABERTURA DE VÁRIOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, POR TEMPO INDETERMINADO. -----

Na sequência do solicitado pelo Sr. Presidente quanto à intenção de recrutar recursos humanos conforme distribuição do mapa em anexo, cumpre a esta subunidade de recursos humanos informar sobre os trâmites a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local,

para a constituição de relação de emprego publico por tempo indeterminado. -----

Legislação aplicável -----

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, há que considerar vária legislação para a abertura de procedimentos concursais. -----

Acrescenta-se ainda, a estas normas, o ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014, em que as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

Normas aplicáveis ao recrutamento de recursos humanos por tempo indeterminado:

1. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, na sua redação atual; Deste modo, qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º e que dispõe o seguinte:

Artigo 30.º

Preenchimento dos postos de trabalho

1 — O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo.

2 — O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal.

3 — O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

4 — O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo despacho a que se refere o n.º 6.

(...)

O mapa de pessoal aprovado para o ano de 2021, prevê os respetivos lugares vagos. ---

2. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, “todas as referências feitas aos diploma ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”; -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, determina que todas as referências feitas ao membro do governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas nos municípios, ao Presidente da Câmara. -----

No que respeita à gestão de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, pode o serviço promover os recrutamentos necessários, contudo precedido de aprovação do órgão executivo, em que o sentido e data da deliberação são expressamente mencionadas no procedimento.

3. A Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP;

O art. 3º, da Portaria, na sua redação atual, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal: -----

a) **Comum**, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviço, bem como de necessidades futuras do empregador público; -----

Consequentemente, deverá ser a modalidade de procedimento concursal comum, uma vez que o recrutamento é para fazer face a necessidades imediatas; -----

4. Quanto às dotações orçamentais para fazer face às despesas com os presentes recrutamentos, anexam-se as fichas de cabimento facultadas pelos serviços financeiros. Nestes termos conclui-se, -----

1. As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no art. 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conforme consta no ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014; -----

2. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2021, tem os lugares vagos, por tempo indeterminado, para os serviços e carreiras descriminadas no quadro em anexo; -----

3. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas; -----

Os Sr.(s) Vereadores do PS questionaram as situações de precariedade existentes em áreas que consideram prioritárias e a forma como o executivo está a pensar resolvê-las.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o Executivo está a ponderar a resolução de todas estas situações e disso será dado conhecimentos aos Vereadores. Disse que as admissões na autarquia foram na ordem dos 60% através do PREVPAP. Acrescentou ainda que algumas destas situações que estamos a resolver hoje estão a ser cumpridos por pessoas dos programas ocupacionais .

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para integrar, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, os seguintes lugares: -----

- 1 Assistente técnico - controlo de custos; -----
- 1 Assistente técnico - animação sociocultural; -----
- 1 Assistente operacional - ação cultural e turismo; -----
- 1 Assistente operacional – mecânicos; -----
- 2 Assistentes operacionais – educação; -----
- 1 Assistente operacional - higiene e limpeza; -----

16. PROGRAMA DE APOIO ABRAÇAR A ECONOMIA LOCAL – RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS. -----

De acordo com o estipulado no artigo 9.º do Regulamento n.º 255/2021 de 18 de março de 2021 (Regulamento “Abraçar a Economia Local”), a comissão de análise designada pela Câmara Municipal na reunião de 03 de Março de 2021, procedeu à análise das 34 candidaturas que, de acordo com o estipulado no artigo 5.º e 6.º do normativo legal acima mencionado, reuniram os requisitos necessários para serem admitidas para análise. -----

A Câmara, por maioria, por impedimento legal do Vice-Presidente, face ao grau de afinidade com um dos beneficiários, deliberou aprovar o relatório elaborado pela comissão de análise levando também em consideração duas situações face à proximidade da percentagem da candidatura elegível, fazendo uso do poder discricionário para os casos que estão na situação de fronteira. -----

17. PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. PONTO DA SITUAÇÃO, À DATA DE 10/05/2021, DE CADA UM DOS PROMOTORES CUJOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E/OU DE LICENCIAMENTO CONTINUAM EM CURSO. -----

A última vez que esta matéria foi abordada resultou da elaboração da Informação n.º 19/2020, da autoria do Chefe da UAJDCS, datada de 09 de novembro de 2020, e que levou às deliberações do órgão executivo, tomadas na sua reunião ordinária de 11 de novembro de 2020. -----

Porque se trata de um projeto estruturante para a economia local, onde o foram

utilizados mais de dois milhões de euros do erário público, a autarquia tem todo o direito, mas também o dever, de monitorizar os projetos que ali se pretendem instalar, a metodologia de execução dos mesmos e o impacto desses projetos no que concerne à riqueza gerada para o concelho. -----

Passados mais de 6 meses sobre tais deliberações, que foram devidamente notificadas aos seus destinatários, importa aferir qual o ponto da situação atual. -----

A Câmara, por maioria, por impedimento legal da Vereadora Jacinta Grilo, face ao grau de afinidade com um dos promotores, deliberou: -----

1.º - No que concerne ao lote 1 registar que o promotor – Herdeiros de José Joaquim Galo, deu entrada do projeto de arquitetura tendo o mesmo sido aprovado na RC de 06 de janeiro de 2021, pelo que dispõe até 05 de julho de 2021 para apresentar os respetivos projetos de especialidades; -----

2.º - Registrar que, no que concerne aos lotes 2 e 3 da empresa LactoSabores à data de 10 de maio já foi emitida a licença de utilização pelos serviços camarários; -----

2.1.º - Quanto à licença de funcionamento regista-se que já deu entrada através do Balcão do Empreendedor o respetivo pedido, sendo que por se tratar de Industria do tipo 1, uma vez que enquadra-se em atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada, atividade que envolva a manipulação de subprodutos de origem animal ou atividade de fabrico de alimentos para animais que careça de atribuição de número de controlo veterinário ou de número de identificação individual, nos termos da legislação aplicável, o procedimento é da responsabilidade do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Medias Empresas e à Inovação), conforme consignado no Dec. Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, na redação do Dec. Lei n.º 73/2015, de 11 de maio; -----

3.º - O lote 6 de José Serrano, já deu início à obra, mas atendendo a que o prazo de execução proposto e aprovado foi demasiado curto – 2 meses – já foram esgotados os caminhos normais previstos no RJUE, razão pela qual será necessário recorrer a uma situação especial apresentada à frente; -----

4.º - O lote 8 de Transportes Ricardo Jorge tem emitida uma licença de construção válida até 27 do mês corrente, mas ainda não deu início à obra, antevê-se pois que os caminhos normais previstos no RJUE não resolverão o problema, razão pela qual será

Na
Grilo
[Handwritten signatures and initials]

necessário recorrer a uma situação especial, com tratamento idêntico ao que será proposto para o lote 6; -----

5.º - O lote 16 de Alexandre Batista tem emitida uma licença de construção válida até 01 de fevereiro de 2021, requereu prorrogação, mas ainda não deu início à obra, antevê-se pois que os caminhos normais previstos no RJUE não resolverão o problema, razão pela qual será necessário recorrer a uma situação especial, com tratamento idêntico ao que será proposto para o lote 6 e para o lote 8; -----

6.º - O lote 19 da Bevaper, tinha licença especial de acabamentos com data de conclusão a 30 de abril de 2021, deverão os serviços interpelar a empresa sobre a razão pela qual não é solicitada a licença de utilização e despoletado o procedimento visando o licenciamento para o seu funcionamento; -----

7.º - O lote 20 da Queijaria Guilherme, após recebermos do promotor a notificação que não iria avançar com o processo, determina-se que se dê início ao procedimento de reversão do lote a favor do Município, em sintonia com o art.º 23.º n.º 1 do Regulamento de Alienação em vigor, onde está estipulado: -----

Artigo 23.º

Direito de reversão

1 - Findos os prazos fixados nas diversas alíneas do n.º 3 do artigo anterior, o lote e as construções nele implantadas, reverterão para a titularidade da Câmara Municipal da Cuba, sem direito a qualquer indemnização, perdendo ainda o/a adquirente o valor correspondente à entrega efetuada a título de sinal. -----

7.1.º - Deverá notificar-se formalmente o promotor para, querendo, exercer por escrito o direito de audiência prévia dos interessados, em sintonia com os artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Dec.- Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro; -----

8.º - Registrar que os lotes 21 e 22 de Arte Tradicional, Calçados Artesanais, Unipessoal, Lda. consubstancia uma situação delicada, porquanto a deliberação de adjudicação por parte da Câmara ocorreu em 19 de junho de 2013. Assim sendo, fará no próximo mês 8 anos que foi determinada a atribuição do lote ao promotor; -----

8.1.º - Regista-se que na sequência do “ultimato” resultante da deliberação de 19 de novembro de 2020, o promotor levantou a licença de obras e iniciou as obras no prazo limite determinado 03 de dezembro de 2020. Decorridos quase seis meses, o estado da construção é quase nulo, ficando apenso à presente deliberação o mapa da calendarização da obra apresentada e aprovada; -----

8.2.º - Salvo melhor opinião, de forma ilegítima e abusiva, o promotor passou a utilizar o lote 20 como local de colocação dos resíduos de construção e demolição em clara violação das regras legais inerentes a este tipo de detritos, postura que pode consubstanciar um ilícito de mera ordenação social; -----

8.3.º - Numa postura proactiva e de pedagogia deverá o promotor ser notificado para retirar as terras inerentes às terraplanagens efetuadas nos seus lotes e colocadas no lote 20, que com a presente deliberação, e depois de decorrido o período para audiência dos interessados passará a estar novamente disponível para alienação; -----

8.4.º - Em função da violação de todos os prazos regulamentares e no limite do prazo concedido pelo RJUE, mas já com a benevolência da Câmara para a forma de início do mesmo, em sintonia com o art.º 23.º do Regulamento em cima enunciado, deverá notificar-se o promotor para o facto de que incorre na possibilidade de perda do lote e das construções nele edificadas, se não cumprir o prazo de conclusão dos trabalhos – dezembro de 2021. -----

9.º - Ao abrigo do n.º 4 do art.º 58.º do RJUE, determinar declarar como obras de interesse para a economia local e como tal, existindo interesse público, legitimar uma prorrogação excecional de seis meses com início a 01 de junho de 2021 e terminus a 30 de novembro de 2021, para os lotes 6, 8 e 16; -----

10.º - Informar os promotores dos lotes 6, 8 e 16, que na primeira reunião de câmara que ocorrer em dezembro de 2021, voltarão a ser reapreciados estes três projetos e na eventualidade das obras não se encontrarem num estado de execução já sustentável, determinar ao abrigo do mesmo art.º 23.º do Regulamento de Alienação a reversão dos respetivos lotes para a Câmara Municipal; -----

11.º - Determinar aos serviços que procedam à cobrança das taxas urbanísticas devidas pela prorrogação dos prazos, devendo os mesmos certificar-se de que são cumpridas as normas sobre afixação de alvarás/licenças de construção de obras particulares; -----

12.º - A título final, recomendar à comissão de análise de candidaturas um maior crivo na verificação dos pressupostos de admissão à atribuição de lotes, por forma a evitar que os ditos lotes sejam utilizados para fins distintos daquilo para os quais foram idealizados, desenvolvimento da economia local, criação de postos de trabalho, e criação de riqueza no território municipal. -----

18. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DO TROÇO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 67/2021, do Serviço de Urbanismo, relativa ao pedido de prorrogação solicitado pela CONSDEP, Engenharia e Construção, S.A. referente à empreitada de "Requalificação Urbana do Troço da Est. Da Circunvalação – Cuba. -----

Após análise do pedido justificado pela empresa empreiteira, *informo que considero a pretensão poder ser concedida, enquadrado legalmente como prorrogação graciosa, com término em 23/06/2021.* -----

No entanto alerto para o facto de que a conclusão do prazo da última prorrogação teve como data limite 29/Abr/2021. -----

Vem a empresa solicitar a extensão do mesmo até 23/Jun/2021 o que perfaz 55 dias e não 119 como é especificado e justificado no ofício 0154/21 OB 1220 de 26/04/2021, que anexo. -----

A Câmara alerta para o facto de que ultrapassado este prazo poderá incorrer em multas contratuais previstas no caderno de encargos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente. -----

19. GESTÃO FINANCEIRA DAS DUAS EMPREITADAS A DECORRER NO CONCELHO DE CUBA EM QUE O ADJUDICATÁRIO É A EMPRESA CALAVEIRAS, LDA. CONSTRUÇÕES EM MADEIRAS. SOLICITAÇÃO FORMAL DO EMPREITEIRO PARA QUE SEJA AUTORIZADA A CEDÊNCIA DE CRÉDITOS A UM TERCEIRO – ENTIDADE FINANCEIRA – CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL. A FIGURA DO CONTRATO DE FACTORING. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 34/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

"A exemplo do que aconteceu com a empresa Consdep, e reportado na Informação n.º 15/2021, da autoria do Chefe da UAJDCS, também veio agora a empresa Calaveiras, Lda., que como é consabido está a realizar duas empreitadas para a Autarquia, a saber:

1.º - Empreitada de Construção do Ecoparque do Alentejo Central, em Albergaria dos Fusos; -----

2.º - Empreitada de Reabilitação do Jardim dos Combatentes, em Cuba; -----

manifestar a sua dificuldade em lidar com a gestão dos trabalhos por falta de liquidez para assumir os compromissos com subempreiteiros, fornecedores e trabalhadores. ----

Antes de mais importa reforçar que desde o início do relacionamento contratual com este empreiteiro ainda não houve uma única fatura de fosse paga para além dos prazos previstos no art.º 299.º do CCP, ou seja trinta dias após a sua emissão. -----

Importa aqui não confundir data de vencimento de uma fatura – 30 dias de acordo com o CCP, salvo se o dono de obra optar contratualmente por um prazo de vencimento maior, que não pode ir no entanto para além dos 60 dias, com pagamentos em atraso de acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, onde a situação é aqui enquadrável quando uma fatura se venceu há mais de 90 dias. -----

Acontece porém que, o empreiteiro em questão já havia solicitado o adiantamento de 25% do valor das adjudicações para fazer face às despesas com as duas empreitadas, mas essa pretensão não lhe foi deferida porquanto essa situação não ficou contemplada nem nos Cadernos de Encargos, nem nos Contratos de Empreitada, um deles financiando pelo Alentejo 2020 em sede do PARU, e o outro pelo Turismo I.P., no âmbito da Linha de Apoio à Valorização turística do Interior. -----

Neste contexto, vê a empresa Calaveiras, Lda. solicitar ao Município de Cuba que autorize a cedências dos seus créditos para com a autarquia a uma instituição bancária, neste caso em concreto a Caixa Económica Montepio Geral. Vide doc. n.º 1 -----

A cedência desses créditos será efetuada mediante contrato de factoring, cujos efeitos na sua plenitude ficam condicionados à sua aceitação pelo devedor, neste caso o Município de Cuba, sempre que a empresa apresenta uma fatura de qualquer das duas obras, em resultado de autos de medição previamente aprovados pelas nossas equipas de fiscalização. -----

Assim sendo, importa dissecar o mecanismo jurídico do factoring, figura que assenta num contrato onde um credor cede a sua posição financeira numa relação com uma entidade para quem presta serviço a um terceiro, regra geral uma instituição financeira. -----

Podemos pois caracterizar o contrato de factoring ou de cessão financeira como a convenção pela qual uma das partes - factor ou cessionário - se obriga perante a outra parte - aderente ou cedente - a receber em cessão os seus créditos a curto prazo, derivados da venda de produtos ou de prestação de serviços, nos mercados interno e externo (vide artigo 2º do Decreto-Lei n.º 171/95, de 18 de Julho), aplicando-se-lhe

assim o regime da cessão de créditos previsto nos artigos 577º a 588º do Código Civil. Nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei 171/95, diploma que regula as sociedades e o contrato de factoring, designam-se por: -----a)

- Factor ou cessionário, as sociedades de factoring ou os bancos que têm por objeto social o exercício da atividade de factoring; -----

b) - Aderente, o interveniente no contrato de factoring que ceda créditos ao factor; ---c)

- Devedores, os terceiros devedores dos créditos cedidos pelo aderente ao factor. O contrato de factoring é sempre celebrado por escrito e dele deve constar o conjunto das relações com o respetivo aderente (n.º1 do art.º 7º). -----

O número 2 deste preceito impõe que a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring seja acompanhada das respetivas faturas ou suporte documental equivalente, nomeadamente informático, ou título cambiário. -----

O artigo 8º regulamenta os momentos em que o factor efetuará pagamentos ao aderente, prevendo a possibilidade de antecipação de pagamentos, com imposição de um determinado limite, bem como a prestação de garantias como forma de possibilitar a cobrança através de outra instituição de crédito. -----

Finalmente o artigo 9º prevê a aplicação às sociedades de factoring do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras em tudo o que não se encontre previsto no Dec-Lei nº 171/95. -----

Dos contributos doutriniais para a caracterização deste tipo de contrato podemos reter o seguinte: " Factoring completo ... - É a modalidade mais corrente em Portugal, compreendendo o pagamento antecipado da faturação cedida, a garantia de boa cobrança, a gestão de cobranças, a contabilidade de contas correntes e a informação periódica da situação dos devedores.." (Fernando José de Sousa, RDES, XXVI) -----

"O contrato de factoring definir-se-á, então, como a convenção pela qual uma das partes (o aderente) se obriga a ceder à outra (o factor) a totalidade dos créditos a curto prazo, presentes e futuros, provenientes do exercício da sua atividade mercantil, conexos com o fornecimento de bens ou prestação de serviços, vinculando-se por sua vez esta última a proceder à cobrança dos créditos assim cedidos, podendo além de assumir o risco de não cumprimento por parte do devedor cedido, reembolsar antecipadamente à data do seu vencimento o respetivo montante." -----

E que efeitos produz a cessão relativamente ao devedor cedido? -----

Relativamente ao devedor cedido, que é um terceiro no contrato de cessão, a eficácia da transferência de créditos verifica-se desde que lhe haja sido notificada, mesmo extrajudicialmente, ou desde que a tenha aceite (Cfr. art.º 583º CC). Depois disso o cessionário passará, para todos os efeitos, a ser o seu único credor. "Contudo como o crédito em que o cessionário fica investido é o mesmo que pertencia ao cedente, não se transmitem para aquele apenas os acessórios e as garantias que robustecem o direito, mas também as vicissitudes da relação creditória que podem enfraquecer ou destruir o crédito (as exceções oponíveis ao cedente) isto porque o devedor não pode, em princípio, ser colocado perante o cessionário numa situação inferior àquela em que se encontrava perante o cedente. -----

Nessa ordem de ideias diz o artigo 585º do CC que " O devedor pode opor ao cessionário, ainda que este os ignorasse, todos os meios de defesa que lhe seria lícito invocar contra o cedente, com ressalva dos que provenham de facto posterior ao conhecimento da cessão" "O devedor poderá assim impugnar a existência do crédito ou invocar contra a pretensão do cessionário as mesmas exceções (dilatórias ou perentórias) a que lhe era lícito recorrer contra o cedente. -----

Em caso de aceitação deverá a Câmara enquanto devedor autorizar a cedência dos créditos, mediante outorga do documento anexo – vide doc. n.º 3, deixando no entanto ressalvado o seguinte: -----a)

– Os prazos a que a Câmara se vincula são estritamente os que lhe advêm das suas obrigações previstas na alínea a) do n.º 1 do art.º 299.º do CCP, onde o legislador determinou: -----

Artigo 299.º

Prazo de pagamento

1 - Sempre que do contrato não conste data ou prazo de pagamento, a obrigação pecuniária vence-se, sem necessidade de novo aviso: -----

a) 30 dias após a data em que o contraente público tiver recebido a fatura ou documento equivalente; -----

b) Dos prazos previstos no número anterior poderá a Câmara opor-se ao pagamento de juros de mora se o não cumprimento desses mesmos prazos resultar de motivo atendível ao qual seja completamente e justificadamente alheia; -----

c) – Deverá desde já o factor considera-se informado que sobre o valor das faturas apresentadas pelo aderente é aplicável o art.º 353.º do CCP, onde foi determinado que:

Artigo 353.º

Reforço da caução

1 - Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5 /prct. desse pagamento, salvo se o contrato fixar percentagem inferior ou dispensar tal dedução. -----

2 - A dedução prevista no número anterior pode ser substituída por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução, nos mesmos termos estabelecidos para a caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----1.º - Autorizar a cedência dos créditos da empreitada de Construção do Ecoparque do Alentejo Central, em Albergaria dos Fusos, e da Empreitada de Reabilitação do Jardim dos Combatentes, em Cuba, que o aderente Calaveiras, Lda. tenha perante o devedor - Município de Cuba ao factor – Caixa Económica Montepio Geral, com as ressalvas em baixo apresentadas; -----

2.º – Os prazos a que a Câmara se vincula são estritamente os que lhe advêm das suas obrigações previstas na alínea a) do n.º 1 do art.º 299.º do CCP; 3.º - Dos prazos previstos no número anterior poderá a Câmara opor-se ao pagamento de juros de mora se o não cumprimento desses mesmos prazos resultar de motivo atendível ao qual seja completamente e justificadamente alheia; -----

4.º – Deverá desde já o factor considera-se informado que sobre o valor das faturas apresentadas pelo aderente é aplicável o art.º 353.º do CCP, onde foi determinado a retenção de 5% para reforço da caução;

5.º - Dar conhecimento às partes que o Município de Cuba só reconhece o factoring para o futuro, ou seja, para as faturas emitidas a partir de 12 de maio, inclusive.

20. PROTOCOLO A CELEBRAR COM A MOBI.E, S.A., QUE VISA ESTABELECEER UMA RELAÇÃO DE PARCERIA ENTRE OS OUTORGANTES POR FORMA A CRIAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A DINAMIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi-nos presente o protocolo supra identificado para enquadramento jurídico. O Protocolo em referência visa estabelecer uma relação de parceria entre os outorgantes por forma a criar as condições necessárias para a dinamização da utilização de veículos elétricos no Município de Cuba, através da com a instalação de um posto de carregamento normal para veículos elétricos, no local identificado na planta constante do Anexo I. -----

O Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade, implementou uma evolução na estratégia da mobilidade elétrica, com foco no seu modelo e na potenciação da procura e utilização por parte dos cidadãos, das empresas e da Administração Pública. -----

A Resolução do Conselho de Ministro n.º 49/2016, de 1 de setembro, prevê no seu n.º 5, o lançamento da 2.ª fase da Rede Piloto de carregamento de veículos elétricos, para os Municípios ainda não servidos na 1.ª fase da Rede Piloto MOBI.E, visando a promoção nacional da utilização de viaturas elétricas, a redução de emissões de CO2 e a promoção de soluções de mobilidade, assume, assim, grande relevância. -----

A mobilidade elétrica constitui um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética do transporte e neste contexto é objetivo do Município de Cuba a promoção de uma mobilidade sustentável, baseada na utilização de transportes com baixos impactes ambientais e, como tal, a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos no território do concelho assume grande relevância. -----

A MOBI.E, S.A., empresa pública, é, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 5.º do

Decreto-lei n.º 90/2014, de 11 de junho, e do Despacho n.º 6826/2015, de 11 de junho, do Secretário de Estado da Energia, publicado no Diário da República n.º 117, 2.ª Série, de 18 de junho, a Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, e, nessa qualidade, dispõe das competências necessárias para assegurar as decisões a nível operacional (e de relocalização) sobre todos os postos de carregamento sujeitos ao estatuto da rede piloto (vide n.º 4 da referida Resolução de Conselho de Ministros). ----Como Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, a MOBI.E, S.A. assegura a gestão dos fluxos energéticos e financeiros resultantes das operações da rede de mobilidade elétrica, e viu aprovada a comparticipação financeira do PO SEUR ao projeto P2Rede+MOBI.E (bii.), no âmbito da promoção de estratégias de baixo teor de carbono (Eixo Prioritário I), intenção vertida no n.º 5 da indicada Resolução do Conselho de Ministros. -----

O n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, confere atribuições ao Município no domínio dos transportes (alínea c), ambiente (alínea k) e promoção do desenvolvimento (alínea m). -----

Nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da citada Lei, compete à Câmara Municipal “Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal” e na alínea qq) do citado artigo “Administrar o domínio público municipal”. -----

Nos termos do Protocolo sub judice, constituem obrigações do Município, conforme previsto na Cláusula 2.ª: -----

O primeiro outorgante assume as seguintes obrigações: -----

- a) Disponibilizar o local para a instalação do posto de carregamento, com dois pontos (tomadas) de 22 kW, ao qual deverão estar afetos 2 lugares de estacionamento público;
- b) Emitir, em nome do operador de postos de carregamento devidamente licenciado a quem for atribuída, pela MOBI.E, S.A. por procedimento concursal, a concessão da exploração do referido posto de carregamento, para o local de instalação do posto de carregamento e para os 2 lugares de estacionamento, uma licença de utilização do domínio público pelo prazo de 10 (dez) anos, sendo atribuída nos primeiros 5 (cinco) anos a título gratuito; -----
- c) Restringir o estacionamento, nos dois lugares afetos à unidade de carregamento, apenas a veículos elétricos; -----d)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'João', 'Pinto', and 'F.N.'.

Suportar as despesas com o consumo de energia elétrica associadas à utilização do posto de carregamento, por parte do público em geral, até à sua entrada na fase de mercado por atribuição da concessão do posto a um operador licenciado, caso tenha sido essa a decisão da Câmara Municipal; -----

e) O primeiro outorgante compromete-se a, nos termos da lei aplicável, fiscalizar as situações de estacionamento indevido ou abusivo no local onde se encontra instalado o posto de carregamento. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da acima identificada Lei, remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo. -----


A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o presente Protocolo. -----

21. MANZACA & MOREIRA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido formulado por Manzaca & Moreira, Empreendimentos Imobiliários, Lda., relativamente à possibilidade de poder proceder ao destaque de uma parcela no prédio urbano, art.º 1430, sito em Rossio das Bicas, pertencente à freguesia de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação técnica, nos termos do n.º 4 do art.º 6.º do RJUE, deliberou emitir a certidão de destaque. -----

22. PROTAGUS, SA. PROCESSO N.º 10/2021. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA CÂNDIDO DOS REIS, 16 CUBA. -----

- 
1. Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção de uma moradia em zona urbana consolidada, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC); -----
 2. Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a demolição da edificação pré-existente, de modo a permitir o desenvolvimento do programa habitacional de tipologia T4 com dois pisos. -----

No Piso térreo localizar-se-ão os espaços de sala, cozinha e instalação sanitária, no edifício principal. Na edificação anexa com acesso pela Estrada da Circunvalação, serão localizados espaços de sala/cozinha e dois logradouros exteriores. No piso superior preconiza-se a instalação dos quartos e respetivos sanitários de apoio. -----

Da nova edificação, resultam áreas de implantação e de construção de 112.45m² e 208.84m² respetivamente, numa área de intervenção total de 217.31 m² e respeitando o índice de construção máxima de 1,0, fixado para a área urbana consolidada; -----

3. No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta á generalidade das normas técnicas regulamentares; -----
4. Julgamos ainda haver cumprimento do disposto no artigo 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas; -----
5. Mais se informa que de acordo com o disposto nos artigos 35.º a 44.º do regulamento do PUC, importa ainda referir que a nova edificação deverá obedecer aos seguintes condicionamentos gerais: -----
 - a) No revestimento exterior deverá ser usada a cor branca, sendo admissível o recurso a molduras e socos nas cores tradicionais, ou em alternativa cantaria bujardada; ----
 - b) É proibida a aplicação de reboco irregular tipo “Tirolês”, de azulejo decorativo de padrão não aprovado pelos Serviços Técnicos; -----
 - c) Se vier a fazer uso de ar condicionado deverá ser dada atenção á forma de colocação dos aparelhos exteriores, que só excecionalmente poderá ser autorizada na fachada, desde que os mesmos fiquem embutidos. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo

com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

23. ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA CARAPUÇA E OUTRO. PROC.º DE OBRAS N.º 6/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, RUA MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, N.º 12 EM CUBA. -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção de uma moradia, em zona de urbanização programada (UOP3), e em loteamento urbano consolidado de acordo com o plano de urbanização. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

24. ARTUR JORGE AROEIRA LANÇA. PROCESSO N.º 12/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA COMENDADOR MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, LOTE 17, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 11 de maio de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE, na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 10 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida

em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas
13,20 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que
assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

